

Lilia Moritz Schwarcz, *Sobre o autoritarismo brasileiro. Uma breve história de cinco séculos*, Lisboa, Objectiva, 2020, 299p.

Introdução

Inicialmente publicada pela Companhia das Letras (São Paulo) em 2019, a obra que aqui se procura recensear foi lançada em Portugal pela Objectiva no presente ano de 2020. Acompanham-na já os ecos do substancial impacto alcançado no Brasil. Seria, de forma explícita — na minha perspetiva —, um artefacto de síntese e de divulgação historiográfica visando a intervenção direta no decisivo conflito ideológico-político que atualmente marca, quer o Brasil e muitos outros países, quer o próprio sistema de relações internacionais. Procura, também, participar num debate cultural e cívico mais amplo e prolongado acerca de problemáticas como as relações de dominação entre regiões e entre países; como as desigualdades socioeconómicas, étnico-religiosas e/ou de género.

A autora da obra, Lilia Moritz Schwarcz, historiadora e antropóloga, revisita, penso, homenageando-o, o figurino de análise da realidade brasileira coeva a partir de uma determinada leitura interdisciplinar das características do Portugal de Antigo Regime, da Colónia Brasil e do Brasil entre 1822 e 1889. Surgidas, sobretudo, nas décadas de 1920 a 1960, essas propostas globais de interpretação resultaram da iniciativa de grandes intelectuais de direita e de esquerda, com destaque para Francisco José de Oliveira Viana, Gilberto de Mello Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Adotando os pressupostos da historiografia estruturalista e do enfoque culturalista, Lilia Schwarcz terá, ainda, escolhido privilegiar vertentes do social global cuja evolução ocorreria muito lentamente (situar-se-iam no âmbito da longa duração ou, mesmo, da permanência).

Quanto aos fundamentos deontológico-epistemológicos de *Sobre o autoritarismo brasileiro. Uma breve história de cinco séculos*, Lilia Moritz Schwarcz assume, logo na Introdução, uma postura que me atreveria a designar como pós-moderna moderada. Ou seja, começa por recusar a tentação cientista, típica do paradigma moderno, de atribuir à historiografia uma função de orientação vinculativa da *praxis* individual, grupal e coletiva. Em alternativa, propõe que só uma leitura “crítica e valorativa” — baseada em escolhas éticas atuais mas “intemporais e universais” — acerca do passado ajuda a qualificar a compreensão do e a intervenção cívica no presente. Apela, finalmente, a que os historiadores recusem derivas irracionalistas e a vinculação a estratégias meramente ideológicas.

Segundo a autora, o

“objectivo deste [...] livro é reconhecer algumas das raízes do autoritarismo no Brasil, que têm aflorado no tempo presente mas que, não obstante, se encontram emaranhadas nesta história de pouco mais de cinco séculos. Os mitos que mencionei [...] funcionam como [...] porta de entrada para entender a formação de ideias e práticas autoritárias no Brasil. Auxiliam também a pensar como a história e certas mitologias nacionais são accionadas, muitas vezes, qual armas para uma batalha. Nesses casos, infelizmente, elas acabam por se transformar em mera propaganda ou em muleta para receitas prontas e fáceis de realizar [...].

E esse é o propósito deste texto: criar pontes, não totalmente articuladas e muito menos evolutivas, entre o passado e o presente. A história não é bula de remédio nem produz efeitos rápidos de curta ou longa duração. Ajuda, porém, a tirar o véu do espanto e a produzir uma discussão mais crítica sobre o nosso passado, o nosso presente e o sonho de futuro.” (p. 30 e 31)

A autora

Lília Moritz Schwarcz graduou-se em História na USP em 1980, concluiu o Mestrado em Antropologia Social na UNICAMP em 1986 e doutorou-se em Antropologia Social na USP em 1993. É Professora Titular do Departamento de Antropologia da USP e tem também sido Professora Visitante nas Universidades de Leiden, Oxford, Brown, Columbia, École des Hautes Études en Sciences Sociales e Princeton. É Curadora do MASP e Editora da Companhia das Letras, Sócia do IHGB e membro do Board of Directors da Americas Division da Human Rights Whatch. Tem investigado e divulgado, nomeadamente, sobre história política e cultural do Brasil no século XIX; acerca da escravatura, da multiculturalidade e do darwinismo social no Brasil da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX; sobre as identidades histórico-culturais do Brasil atual.

De entre as obras de Lília Moritz Schwarcz — publicadas individualmente ou em parceria — mais relevantes para enquadrar *Sobre o autoritarismo brasileiro*, destacaria *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos* (1998); *O Império em procissão* (2000); *A longa viagem da biblioteca dos Reis* (2002); *O sol do Brasil* (2008); *D. João Carioca* (2008); *A batalha do Avaí* (2013). Salientaria *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no fim do século XIX* (1987); *O espetáculo das raças* (1993); *História da vida privada no Brasil*, vol. 4 (1998); *Na era das certezas* (2002); *História do Brasil Nação*, vol. 3 (2012); *Nem preto nem branco, muito pelo contrário* (2012); *Lima Barreto: triste visionário* (2017); *Dicionário da*

escravidão e da liberdade (2018). Realçaria *Um enigma chamado Brasil* (2009); *Agenda brasileira* (2011); *Brasil: uma biografia* (2015).

Trata-se, assim, de uma protagonista maximamente qualificada e empenhada para a estruturação de um instrumento intelectual de intervenção no presente momento da vida coletiva do Brasil e do Mundo. Qualificada e empenhada porque historiadora e antropóloga brasileira reconhecida e internacionalizada; porque frequentadora de algumas das mais importantes instituições e organizações brasileiras de investigação, ensino e divulgação em ciências sociais; porque com ligações tanto a anteriores gerações de intelectuais como à vivência cívica dos nossos dias; porque competente na mobilização de saberes e de soluções tecnológicos pertinentes como são a didática da História e a animação cultural, o património cultural e a museologia, a atividade editorial e a comunicação social.

O(s) contexto(s)

Partindo do princípio de que cada fenómeno social pode ser analisado tendo em conta um grande número de condicionalismos, cabe-me começar por identificar e justificar os contextos que selecionei no âmbito desta tentativa de apreciação do livro de Lilia Moritz Schwarcz intitulado *Sobre o autoritarismo brasileiro. Uma breve história de cinco séculos*. Refiro, em primeiro lugar, a história e a atual realidade portuguesa complementarmente à história e à atual realidade brasileira. Para além das correlações decorrentes do facto de Portugal ter sido a Metrópole da Colónia Brasil e um dos maiores fornecedores de imigrantes ao Brasil independente, o debate cultural brasileiro é, hoje, um dos principais vetores de contextualização das convergências e das divergências ocorridas, entre nós, em torno, entre outras, da problemática das identidades e das memórias histórico-culturais.

Evoco, em segundo lugar, a presente conjuntura de crise dos regimes democráticos e “progressistas”, de reafirmação de figurinos ditatoriais (informais e formais, autoritários e/ou totalitários, modernizadores e/ou conservadores/tradicionalistas, à esquerda e/ou à direita), mais decorrentes de iniciativas endógenas de segmentos de cada “sociedade civil” e de parcelas de cada sistema político do que de pressões exógenas por parte de grandes potências. E, no sub-universo dos países com regimes democráticos em risco próximo de transição para soluções ditatoriais, o Brasil da Administração Bolsonaro não se encontra isolado. Lembro, a este propósito, entre outras, as situações vividas pelos EUA e pela Turquia, pela Polónia e pela Hungria.

Saliento, em terceiro lugar, a recusa ou, em sentido oposto, o empenhamento na promoção da investigação, do ensino e da divulgação sobre temáticas ditas minoritárias ou fraturantes — relações de dominação entre países; desigualdades socioeconómicas, étnico-religiosas, de género e/ou regionais, bem como as correspondentes formas de resistência e as representações acerca das mesmas. A utilização dessas leituras “da história” resulta, depois, na fundamentação de diferentes abordagens relativamente ao passado e ao futuro: as perspetivas que desvalorizam ou negam os fatores sociais geradores de desigualdade e de violência, as interpretações que visam reconstituir e analisar elementos de integração e de segregação, as conceções que só reconhecem a presença dos e que condenam eticamente os fatores sociais geradores de desigualdade e de violência.

Destaco, finalmente, o confronto entre defensores dos pressupostos deontológico-epistemológicos associados ao paradigma moderno, ao paradigma neo-moderno e ao paradigma pós-moderno, nuclear na vivência cultural em geral mas, em particular, nos âmbitos das humanidades, das ciências sociais e das tecnologias delas derivadas. Em causa estão, nomeadamente, por um lado, a garantia da qualidade e da utilidade social do conhecimento gerado através da busca da objetividade, da procura da objetivação ou de um esforço de “desconstrução crítica da ideologia dominante”. Por outro lado, a legitimação das modalidades de aplicação desse conhecimento à transformação da realidade num sentido encarado como positivo (os cientismos deterministas e muitas vezes autoritários ou totalitários, a qualificação dubitativa da participação cívica e da intervenção técnica, o compromisso ético de defesa da igualdade social e da sustentabilidade ambiental — também tendencialmente autoritário ou totalitário).

A obra e comentários à mesma

Visando, eventualmente, intervir sobretudo enquanto cidadã na atual realidade brasileira, Lília Moritz Schwarcz propõe em *Sobre o autoritarismo brasileiro. Uma breve história de cinco séculos* um exercício de enquadramento histórico globalizante e a observação sectorial de alguns vetores identitários específicos. Procurar-se-ia, desta forma, evocando o período de configuração das características nucleares da brasilidade, referenciar, explicar e criticar as mundividências e as ideologias, os posicionamentos e as práticas conservadoras e/ou tradicionalistas, ademocráticas e/ou antidemocráticas de direita (informal e/ou formalmente autoritárias e/ou totalitárias) que teriam voltado a ser muito relevantes ou, mesmo, dominantes no Brasil — “sociedade civil” e aparelho de Estado, sistema político e Administração Bolsonaro — pelo menos desde 2016.

À luz desta perspetiva, os brasileiros seriam, no essencial, estruturalmente (inevitavelmente?), até aos nossos dias, fruto da evolução histórica ocorrida entre o início do século XVI e o final do século XIX. Isto é, resultado de uma absentista dominação portuguesa — supostamente geradora de uma colonização de exploração e não de uma colonização de povoamento — e da progressiva eliminação das comunidades indígenas, da escravatura e da hegemonia da grande propriedade rural, do Estado monárquico e da dependência face à Inglaterra/Grã-Bretanha (depois, perante os EUA). Somente o reconhecimento crítico dessa continuidade e de um tal determinismo, bem como a adesão generalizada a novos valores éticos, poderia viabilizar a concretização de efetivas e substanciais transformações.

De acordo com a citada hipótese interpretativa mono-causal, perante a natureza absolutamente diferenciada da experiência histórica brasileira, não haveria particulares vantagens no estabelecimento de análises comparativas com a evolução verificada em outros países, incluindo os outros Estados latino-americanos. Por sua vez, as sucessivas mutações do sistema de relações internacionais e a substituição do regime liberal conservador por outros figurinos políticos, a imigração e a urbanização, a industrialização e a terciarização da economia e das relações sociais ocorridas durante as etapas da história do Brasil posteriores à implantação da República não teriam alterado substancialmente a matriz sociocultural e ideológica original.

Nas palavras da autora também na Introdução, se

“considerarmos apenas os desembarcados e sobreviventes, o total, segundo o site *Slaves Voyages*, foi de 10,7 milhões, dos quais 4,8 milhões chegaram ao Brasil. Por isso mesmo, em lugar do idílio, os escravizados conheceram por lá todas as formas de violência, e de parte a parte: enquanto os senhores mantinham o controlo na base da força e da sevícia, os cativos e cativas respondiam à violência com todo tipo de rebelião [...].

Não é possível passar impunemente pelo facto de o Brasil ter sido uma colónia de exploração e de o território ter sido maioritariamente dividido em grandes propriedades monocultoras, que concentravam no senhor da terra o poder de mando e de violência, bem como o monopólio económico e político. Por sinal, a despeito de o Brasil ser, cada vez mais, um país urbano, aqui persiste teimosamente uma mentalidade e lógica dos latifúndios, cujos senhores se tornaram os coronéis da Primeira República, parte dos quais ainda se encastelam nos seus estados, como caciques políticos e eleitorais.” (p. 27 e 28)

Relativamente aos vetores identitários específicos destacados por Lília Moritz Schwarcz em *Sobre o autoritarismo brasileiro. Uma breve história*

de cinco séculos, encontramos características de natureza sociocultural, socioeconómica e político-ideológica. A escravatura (até 1888), o racismo e a discriminação das mulheres são apresentados como fenómenos hegemónicos, formas de violência que formataram e definem, no essencial, as relações sociais globais na Colónia Brasil e no Brasil. Da responsabilidade dos colonizadores portugueses e, depois, dos brasileiros brancos do sexo masculino — antes de mais, dos membros das elites —, vitimam os indígenas e os negros, as mulheres e as pessoas LGBTTTQ.

Quanto às regionalidades político-ideológica e socioeconómica, a realidade brasileira atual continuaria, no essencial, marcada pela herança atípica decorrente da dominação portuguesa. O “mandonismo” e o “patrimonialismo”, a desigualdade social extrema e a repressão das classes populares, estruturantes da Colónia Brasil, assumiriam no Brasil independente as formas, em grande parte idênticas, do Império Excludente, da República Oligárquica, da ditadura do Estado Novo, da República Populista, da Ditadura Militar e de uma Democracia amputada pela corrupção e pelo nepotismo, pela pobreza e pela violência — urbana e rural — do aparelho de Estado/da “sociedade civil”.

Remetendo para a evolução verificada na historiografia mundial durante as últimas décadas — nomeadamente nos países com regimes democráticos —, atrever-me-ia a considerar que talvez se justificasse o recurso a mais bibliografia sobre Portugal e o respetivo Império Colonial, acerca das similitudes dos mesmos com a generalidade das outras sociedades/dos outros Estados durante o Antigo Regime (exceção parcial feita à Holanda, à Inglaterra e aos EUA). Seria, igualmente, relevante a comparação entre a Colónia Brasil/o Brasil e, tanto os outros países do Continente Americano (EUA incluídos), como os Estados da Europa do Sul, cujos indicadores, pelo menos até ao pós-Segunda Guerra Mundial, se aproximavam mais do subdesenvolvimento do que do desenvolvimento intermédio ou do desenvolvimento.

Tal como a generalidade dos outros países ocidentais ou ocidentalizados, a Colónia Brasil e o Brasil teriam, afinal, conhecido, por exemplo, sistemas de relações internacionais unipolares, bipolares e multipolares liderados, de forma unilateral e/ou multilateral, pela Inglaterra/Grã-Bretanha, pela França, pelos EUA, pela Alemanha, pelo Japão, pela URSS, pela China; a Monarquia Absoluta de Direito Divino e Carácter Corporativo e o Despotismo Esclarecido, um regime liberal conservador, regimes demoliberais, autoritários e/ou totalitários, democráticos — mais ou menos marcados por modalidades de discriminação étnica (ou “independência branca”); indicadores socioeconómicos e socioculturais, níveis de justiça social e de integração territorial típicos de uma colónia/de país periférico e/ou de um Estado Emergente.

Sem quaisquer propósitos de revisionismo ou de negacionismo face às trágicas implicações humanas de muitos dos fenómenos sociais globais estudados pelos historiadores e por outros cientistas sociais — lembro, a este propósito, que Portugal foi um dos responsáveis pela reintrodução na Europa de relações económicas e sociais em parte substancial baseadas na escravatura —, defendo que o conhecimento científico deve procurar decorrer mais de um esforço de reconstituição e de análise da realidade do que a uma estratégia de “julgamento moral” do passado de forma a influenciar o presente. E a realidade é, quase sempre, mais plural e complexa, mais desafiante e formativa, geradora de um maior número de hipóteses de escolha e de futuro do que é afirmado pelas leituras binárias, valorativas e maniqueístas — sobretudo ideológicas — acerca da mesma.

Balanço

Considero, a terminar, na qualidade de historiador, que *Sobre o autoritarismo brasileiro. Uma breve história de cinco séculos* merece ser lido enquanto relevante síntese de divulgação de determinadas leituras historiográficas, antropológicas e sociológicas sobre o passado e o presente do Brasil; na qualidade de proposta de explicação endógena para a atual situação política brasileira e de apelo a uma mobilização cívica transformadora partindo de valores ideológicos de esquerda e do antes referido enfoque culturalista. Somam-se a estes argumentos a dimensão intelectual, o enquadramento profissional e o protagonismo cívico da autora da obra, a historiadora e antropóloga Lília Moritz Schwarcz.

Diria, no entanto, que talvez se justificasse incluir, também, muitos outros vetores de condicionamento, nomeadamente relativos à história do tempo presente do Brasil (o segundo país mais poderoso do Continente Americano). Elencaria, a título de exemplo, o relativo desinteresse por modalidades de integração sub-continental e pela intervenção na regulação da presente fase do processo de globalização; as características quer das Administrações Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, quer dos vários posicionamentos político-partidários face às mesmas; a reprodução dos elevados níveis de pobreza e de desigualdade, bem como da natureza timorata do “Estado-Providência” implantado; as implicações sociopolíticas dos elevados níveis de violência e de crime organizado, de corrupção e de nepotismo; a crise de presença da Igreja/da “ação católica” e a emergência das organizações evangélicas pentecostais.

Enquanto cidadão defensor de um determinado futuro — baseado num sistema de relações internacionais multipolar e gerido de forma multilateral, em processos regulados de globalização e de integração sub-continental, no aprofundamento de regimes democráticos e na consolidação do desenvolvimento integrado/sustentável —, penso, ainda, que o facto de se tratar de uma obra de síntese e divulgação, destinada a um público amplo e não necessariamente especializado, vocacionada para a intervenção cívica, não legitima, antes pelo contrário, a redução do grau de exigência deontológica, epistemológica e teórica. Advogo, pois, a operatividade acrescida do paradigma neo-moderno e da nova historiografia/da historiografia marxista crítica tanto no plano das ciências sociais como das tecnologias delas derivadas (divulgação científica e didáticas específicas, património cultural e museologia, cultura organizacional e diferenciação territorial, animação e lazer/turismo culturais).

JOÃO PAULO AVELÂS NUNES
Universidade de Coimbra, CEIS20, FLUC
jpavelas@fl.uc.pt
<https://orcid.org/0000-0003-0419-9179>

